

OS PORTUGUESES E O MAR: ROTEIRO DE IMAGENS E USOS

*Jorge Umbelino**
*João Figueira de Sousa***

De entre os **conceitos de espaço e fronteira** que o tema destes Encontros admite escolhemos os mais óbvios: espaço/território nacional e fronteira/física e política. Nesta perspectiva, as nossas fronteiras são muito fáceis de definir: cerca de 50%, a norte e a leste, são do tipo terrestre e separam Portugal de um único país, a Espanha, e, mais ao longe, da Europa; os outros 50%, a oeste e a sul, são do tipo marítimo e separam-nos, muito para lá do que a vista alcança, do norte de África, da América, do Mundo... Perante estas duas realidades, optámos por dar particular atenção ao troço marítimo, amplo de horizontes e raiz de muitas memórias importantes da nossa História.

As **imagens do mar** que se impuseram ao longo dos tempos evoluíram, em primeiro lugar, de acordo com o conhecimento que dele se foi tendo. Criaram-se, e reconstruíram-se, em permanente interacção com os variados **usos** que se foram proporcionando. Reconhecemos que esta é uma matéria muito ampla e sensível, mas também não é nossa intenção tomá-la neste trabalho em toda a sua complexidade; muito menos do que isso, pretendemos apenas elencar as principais imagens e usos que identificamos – separados por comodidade de

* Geógrafo. Professor Auxiliar. Departamento de Geografia e Planeamento Regional

** Geógrafo. Assistente. Departamento de Geografia e Planeamento Regional

análise –, com pequenas incursões, um pouco mais detalhadas, por alguns usos cuja escolha adiante justificaremos.

A **imagem** que os portugueses têm do mar já passou por vários sentidos privilegiados e diferentes equilíbrios. A generalidade dos países que contam com fronteira marítima terá passado por um processo semelhante, mas em poucos deles esta relação tem um tão profundo significado histórico.

Ainda antes do alvor da nossa nacionalidade, e nos séculos que imediatamente se lhe seguiram, os povos ibéricos teriam com o mar uma relação de desconfiança, de medo, uma provável noção de fim do Mundo que também lhes despertaria sentimentos místicos; contudo, a proximidade do Mediterrâneo proporcionou o ambiente seguro que cedo lhes facultou a aprendizagem das técnicas de navegação, as quais, depois de juntas a uma enorme coragem e espírito de aventura, os empurraram para arrojados projectos transatlânticos. A imagem do mar medonho, obstáculo, começava a transformar-se numa referência de esperança e ambição.

Na medida em que as grandes viagens marítimas foram abrindo «novos mundos», o oceano passou sobretudo a ser percebido como o meio útil que, devidamente controlado, possibilitava a expansão económica e religiosa do País. Com um pequeno território e escassa população, Portugal abria uma janela grandiosa.

A importância das riquezas que o mar tinha e fez gerar rapidamente despoletou a vontade de o controlar, não já apenas no sentido estrito das técnicas de navegação mas também no domínio militar das principais rotas de navegação e portos comerciais. Da primitiva pirataria aos modernos navios, aviões de combate e sistemas de telecomunicações esta «vontade» foi mudando de instrumentos e vencedores, mas nunca mais desapareceu. A imagem utilitária do mar ganhou novos contornos, cada vez mais ligados à sua importância estratégica na geopolítica mundial.

O mais recente enfoque da imagem do mar atingiu rapidamente uma grande relevância no nosso país: a sua percepção como elemento privilegiado de qualidade ambiental e bem-estar, associado a padrões muito elevados da função residencial e a várias actividades de recreio e lazer.

Os portugueses, como os outros povos, foram **utilizando o mar** de acordo com o conhecimento e imagem que dele iam tendo, mas também, na medida em que as sociedades foram evoluindo, de acordo

com as modas, as necessidades e as possibilidades que se lhes foram oferecendo. Desde cedo, muito antes de se aventurarem pelos horizontes atlânticos, na fase em que o mar era visto com muita curiosidade mas também com prudente reserva, já os nossos antepassados retiravam do mar alguns alimentos, para o que foram inventando artefactos apropriados.

Desde o projecto nacional das Grandes Viagens que o mar foi progressivamente perdendo o seu mistério e se tornou numa importante fonte directa e indirecta de criação de riqueza e empregos. Os sistemas de pesca aumentaram, diversificaram-se e tornaram-se mais complexos. A construção naval floresceu. Ser marinheiro era uma profissão cada vez mais numerosa. Eram muitos os que viviam do comércio marítimo. Os portos e as cidades portuárias desenvolveram-se extraordinariamente, marcando os sistemas de povoamento e a própria estrutura da rede urbana; o sentido inicial da projecção da terra para o mar teve assim uma espécie de retorno de influência, que a Revolução Industrial aproveitou e acentuou.

Numa fase mais recente, foi a energia do mar que despertou interesses positivos. Depois de as vagas e marés terem assustado dezenas de gerações de pescadores, marinheiros e populações do litoral, percebeu-se que elas contêm uma energia imensa que se pode aproveitar. Assim foi nos moinhos de maré, e assim vai sendo nas centrais de produção de energia eléctrica que utilizam esta força motriz. Em várias regiões do Mundo vai-se recorrendo também à desalinização da água do mar, para depois a utilizar em consumos domésticos, industriais e de rega.

Nos últimos anos, as actividades de recreio e lazer ligadas ao mar têm mostrado força suficiente para gerar extraordinárias correntes migratórias, de durações variadas, que são o suporte de um pujante sector económico – o turismo, associado à restauração e a espaços e projectos de animação. Estas actividades de recreio concretizam-se tanto no próprio mar (recreio e desportos náuticos, mais ou menos radicais, e cruzeiros de variadas ambições) como na interface com a terra (as praias).

O apelo de um modo de vida agradável associado à proximidade do mar também tem tido reflexos nos padrões residenciais. Depois de uma fase em que este apelo se projectou sobretudo na procura de segundas habitações, ligadas ao lazer, assistimos agora a um novo

tempo em que o ambiente e a proximidade do mar são o centro de novos padrões residenciais de grande qualidade.

De entre este conjunto de usos que elencámos, daremos em seguida algum destaque aos aspectos que se relacionam com a geoestratégia dos oceanos e com o crescente apelo do ambiente marítimo na definição de novos padrões de lazer e residenciais. O primeiro exemplo foi escolhido pela importância estrutural que detém na regulação de todos os usos marinhos e pela importância que tem na afirmação de Portugal, enquanto o segundo se justifica pela sua actualidade e perspectiva de crescimento de influência.

A importância geoestratégica do mar para Portugal

A localização de Portugal na convergência dos mares Atlântico e Mediterrâneo, numa posição de grande interesse estratégico para a segurança de muitos países e rotas marítimas, aliada à dispersão e descontinuidade territorial que implica a abrangência de um maior espaço marítimo, são factores que têm potenciado a importância do mar para os portugueses.

Como refere Virgílio de Carvalho, a exploração das potencialidades oferecidas pelo mar pesou de forma marcante na consolidação e individualidade do País "...como se da exploração das suas potencialidades tivesse brotado um comportamento nacional coerente com uma linha de pensamento geoestratégico muito clara".¹ Mais adiante, na mesma obra, Virgílio de Carvalho observa que a identidade de Portugal como nação e a sua individualidade como País só foi possível pela afirmação perante Espanha da sua projecção para o Atlântico, como forma de adquirir potencial geoeconómico e geocultural suficientemente centrífugo para conseguir o equilíbrio com Castela, e depois com Espanha.²

Jaime Cortesão, por seu lado, afirma que "A história portuguesa pode resumir-se numa série de esforços para o aproveitamento das possibilidades atlânticas do território. O primeiro, de arranjo interior sobre o anfiteatro longitudinal voltado para o mar; o segundo, para

¹ CARVALHO, Virgílio – A Importância do Mar para Portugal. Passado, Presente e Futuro. Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1995, p. 73.

² Pensamento estratégico idêntico ao de outros países europeus periférico-marítimos de reduzidas dimensões, como a Holanda ou a Dinamarca.

utilizar as vantagens da sua posição no sudoeste da Europa e à esquina de dois mares; o terceiro, para explorar todas as possibilidades da sua posição em relação à parte restante do planeta, conhecido e por conhecer".³

Em complemento da opção (fatalidade?) Atlântica de Portugal, e até com alguma antecedência temporal, merece também realce o fenómeno da litoralização do País. Em termos históricos, a fixação da população no litoral foi facilitada pelas conquistas realizadas nesta faixa do território, que o tornaram uma área relativamente segura; mais tarde, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária contribuíram para a intensificação do comércio marítimo e para o desenvolvimento e valorização dos principais portos.

"Portugal nasce como estado, e afiança a sua independência, desde que, aproveitando uma cultura herdada e as facilidades que lhe oferecia o mar, criou um novo género de vida: o comércio marítimo à distância com base na agricultura foi a primeira apropriação humana das possibilidades atlânticas do território".⁴

É também de relevar o significativo número de rios navegáveis, que permitiam uma fácil ligação entre o interior do país e o mar. Parece razoável afirmar-se que a "litoralização" do País foi como que um primeiro passo para a sua "atlantização", que se iniciou com a descoberta e o povoamento dos arquipélagos dos Açores e da Madeira que, por sua vez, se revelaram como uma base para a exploração dos oceanos.

Mais recentemente, Portugal fez uma opção europeia. Em nossa opinião, essa opção não só não é antagónica da histórica vocação atlântica como pode ser potenciada, se devidamente compatibilizada. Relevamos, entre outros factores, os seguintes aspectos de relação com o mar que se devem preservar e desenvolver tendo em vista a afirmação de Portugal no Mundo:

– o aproveitamento das potencialidades geoestratégicas oferecidas pela existência de um vasto espaço marítimo, não só ao nível económico e político como no assegurar da unidade de todo o território nacional;

³ CORTESÃO, Jaime, citado por CARVALHO, Virgílio, obra referida, p. 89.

⁴ CORTESÃO, Jaime, citado por CARVALHO, Virgílio, obra referida, pp. 68-69.

– o incremento da importância da representação portuguesa em instituições internacionais ligadas aos mares, seja nas organizações de defesa e segurança, como a NATO, seja nas de investigação científica ou noutros domínios;

– o aproveitamento da posição na confluência das principais rotas oceânicas que servem a Europa Central, para explorar as possibilidades de transbordo de cargas para rotas costeiras, numa altura em que a própria União Europeia pretende desenvolver a navegação de cabotagem (de curta distância e costeira) como forma de criar alternativas ao transporte rodoviário; como a maioria dos países marítimos, Portugal depende de fontes externas para abastecimento dos produtos energéticos, alimentares, minerais e de bens de consumo essenciais ao seu desenvolvimento e à sua liberdade, pelo que também neste contexto se impõe o aumento da competitividade dos portos nacionais e o desenvolvimento do transporte marítimo;

– a salvaguarda da importância do litoral para a competitividade do País, dada a concentração que nele se verifica da população e das actividades económicas, que releva a necessidade de se proceder ao seu correcto ordenamento;

– a relação com outros países marítimos interessados na preservação da individualidade de Portugal, tendo em conta tradições históricas ou de salvaguarda de interesses comerciais, militares, etc..

O litoral como espaço de recreio e de atracção residencial

As primeiras ocupações sistemáticas do espaço para fins de lazer⁵ não tiveram o mar como grande referência ambiental. Protagonizadas, em primeiro lugar, pelas classes aristocráticas, e depois pelas burguesias endinheiradas, estes primeiros tempos de lazer eram deslocações de toda a vida familiar, por períodos não raro longos, sobretudo para ambientes de campo/montanha ou termas.

O desenvolvimento da actividade turística, referenciada na disponibilização temporária de «camas», foi causa e consequência da democratização do acesso às viagens de lazer; a atribuição de períodos regulares de repouso remunerado (fins-de-semana e férias) e o aumen-

⁵ O conceito de lazer é complexo, mas não cabe aqui discuti-lo. Utilizá-lo-emos num amplo sentido comum, que abrange todas as ocupações do tempo não profissionais e de livre opção.

to do poder de compra foram os seus grandes instrumentos. Estes acontecimentos económicos, que situamos muito grosseiramente na segunda metade do século XX, foram acompanhados por uma maior abertura das práticas sociais, com aspectos visíveis na compreensão do corpo e, mais especificamente, na aceitação da sua exposição pública. Com esta abertura descobriu-se o prazer da vida nas praias, dos banhos, dos cruzeiros e de toda uma panóplia de actividades lúdicas associadas. O mar, o ambiente marinho, o sol e a liberdade do corpo tornaram-se na matriz do «turismo dos esses» (do inglês *sun, sea, sand, sound and sex*), que é ainda, sem grande margem para dúvidas, o grande produto turístico da actualidade e aquele que marcou a decisiva afirmação deste pujante sector económico.

As regiões de clima mediterrâneo e boas praias, como Portugal, tornaram-se o pólo da oferta turística balnear. Em má consequência, as áreas de maior concentração desta oferta/procura cedo começaram a dar indícios de saturação urbanística do litoral, e mesmo de alguma degradação ambiental e cultural mais generalizada. Se alguns antecipam uma crise deste produto turístico, não é essa a nossa opinião: sem pôr em causa a necessidade de um eficaz ordenamento do território (tantas vezes e por várias razões descurado), e em particular das sempre sensíveis áreas litorais, não cremos num desinteresse da procura pelos ambientes marinhos; mais ainda, algumas das suas referências específicas, por exemplo no domínio dos desportos radicais, estão mesmo em franco crescimento. Se é certa a emergência de novas motivações turísticas, próprias de outro tipo de ambientes, as quais são inteiramente lógicas num contexto de ajustamento personalizado dos produtos que é comum a toda a economia pós-industrial, vêmo-las como hipóteses complementares (arriscaríamos mesmo subalternas) da oferta balnear.

Outras marcas importantes do nosso tempo, sobretudo visíveis nos países mais ricos mas afectando progressivamente todo o Mundo, são a crescente atenção pelas questões ambientais (tanto pelo medo da catástrofe como pela redescoberta do prazer do convívio com a Natureza) e a progressiva libertação do tempo de trabalho. Estes aspectos, associados à melhoria das acessibilidades e ao crescimento da influência das telecomunicações, têm produzido alterações, cada vez mais visíveis, na definição dos padrões residenciais.

Até há bem pouco tempo, o padrão mais comum de ocupação do litoral português agregava apenas, em franco contraste, as cidades

portuárias, muitas vezes associadas à foz de importantes rios (v.g. Lisboa, Porto, Aveiro ou Figueira da Foz), e pequenos aglomerados piscatórios. O crescimento do tempo livre, e do turismo, fez evoluir a ritmos espectaculares alguns destes pequenos aglomerados, ao mesmo tempo que criava outros em locais estratégicos. O fenómeno das residências secundárias ganhou peso, em consequência directa do aumento do poder de compra, do crescimento das maiores cidades e da degradação do modo de vida urbano.

Nos nossos dias, novas opções se vão desenhando neste domínio. Algumas classes sócio-profissionais já ganharam uma substancial facilidade na gestão do tempo de trabalho, tendência que se deve ir acentuando e generalizando, até porque tudo indica que esse tempo diminua, no futuro. Muitas pessoas, saturadas da vida urbana, começaram a ocupar com intensidade crescente as residências secundárias, que antes detinham tendo apenas em vista o modelo clássico de quinze dias de férias e alguns fins-de-semana; durante quase todo o ano, vão agora à sexta-feira, de preferência cedo, para fugir ao trânsito das «horas de ponta» na saída das grandes cidades, e se possível só regressam na segunda-feira de manhã, pelas mesmas razões; criam empatias fáceis com os pequenos agentes económicos locais; passam a ter, na prática do seu dia-a-dia, duas referências residenciais que utilizam paralelamente, embora quase sempre mantenham a primazia formal da residência urbana. Na medida em que a liberdade de gestão do tempo de trabalho se acentue, é natural que as residências «secundárias» não-urbanas, muitas vezes localizadas perto do litoral, tenham cada vez mais utilização; as habitações de cidade passarão, assim, a ser tendencialmente percebidas como refúgio pontual para algumas actividades profissionais e/ou suporte das segundas gerações, nomeadamente no período dos estudos superiores.

Este novo modelo de famílias com «dupla residência»⁶ (urbana e não-urbana, esta última muitas vezes associada ao litoral, para as quais se antevê uma troca na sua percepção e utilização como «principal» e «secundária») tem complemento numa outra forma de redescobrir o litoral como pólo de atracção residencial: as urbanizações de grande

⁶ Relembramos que esta hipótese foi enunciada tendo em conta o modo de vida e rendimento actual de algumas elites profissionais e sócio-económicas. Para estas elites está longe de ser uma utopia, e acreditamos que a tendência de alargamento destes pressupostos também o não seja.

Os Portugueses e o Mar

qualidade, muitas vezes concebidas sob a forma de condomínios fechados. Sendo o mar o símbolo mais forte do lazer desejado na sociedade do trabalho, da qual só ainda timidamente se esboça o final de um ciclo, nada mais natural do que ele representar um valor apetecido pelas classes economicamente mais favorecidas.